MARÇO, 2026

RELATÓRIO E CONTAS

2025

Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral
6430-183 Mêda

secretaria@scmmeda.pt

Telef: +351 279 880 070
(Chamada para a rede fixa nacional)

MARÇO, 2026

RELATÓRIO DE GESTÃO

2025

Av. Gago Coutinho e Sacadura Cabral
6430-183 Mêda

secretaria@scmmeda.pt

Telef: +351 279 880 070
(Chamada para a rede fixa nacional)

CONTEÚDO

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO 3
MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA 4
ENQUADRAMENTO 6
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO 9
RESPOSTAS SOCIAIS 14
INVESTIMENTO, MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS 19
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 22
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 23
ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 26

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Denominação: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Sede: Avenida Gago Coutinho e Sacadura Cabral 6430-168 Mêda

Contribuinte: 501 233 296

Contactos:

Telefone: 279880070

Telefone: 962124158

E-mail: secretariasantacasameda@hotmail.com

Site: www.scmmeda.pt

MENSAGEM DA MESA ADMINISTRATIVA

A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda apresenta à Irmandade, nos termos da legislação aplicável, o Relatório de Gestão respeitante ao exercício de 2025, documento que procura refletir, com transparência, rigor e sentido de responsabilidade, a atividade desenvolvida ao longo do ano, bem como a gestão prosseguida no cumprimento da missão desta secular Instituição.

O ano de 2025 decorreu num contexto económico particularmente exigente, marcado por um conjunto de fatores adversos que se fizeram sentir tanto a nível internacional como nacional. A persistente instabilidade geopolítica, as pressões inflacionistas e as dificuldades que continuam a afetar o comércio e as cadeias de abastecimento contribuíram para o aumento generalizado dos custos operacionais. Em Portugal, o setor social enfrentou desafios acrescidos, resultantes do aumento dos encargos com recursos humanos, da subida significativa dos custos associados a bens e serviços essenciais e das crescentes dificuldades na mobilização de recursos financeiros, quer através de apoios públicos, quer por via do mecenato e da generosidade de benfeitores e da comunidade.

Neste enquadramento particularmente exigente, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda procurou responder com sentido de responsabilidade, prudência e rigor na gestão, garantindo a continuidade e a qualidade das respostas sociais que presta à comunidade. A prossecução deste equilíbrio entre sustentabilidade financeira e missão social exigiu um permanente esforço de gestão, assente na otimização de recursos, na melhoria contínua dos processos internos e no compromisso diário de todos aqueles que, com dedicação e espírito de missão, contribuem para o funcionamento desta Instituição.

Apesar das dificuldades inerentes ao contexto económico, foi possível manter um EBITDA positivo, resultado de uma gestão responsável e criteriosa, da utilização eficiente dos recursos disponíveis e do empenho dos colaboradores, cuja dedicação constitui um dos pilares fundamentais da capacidade de resposta da Misericórdia.

Consciente da responsabilidade histórica e social que lhe está confiada, a Mesa Administrativa reafirma o seu compromisso com os princípios e valores que orientam a ação das Misericórdias, em particular com a prática das 14 Obras de Misericórdia, procurando continuar a servir os mais

vulneráveis, promover a dignidade humana e reforçar os laços de solidariedade e proximidade com a comunidade.

A Santa Casa da Misericórdia de Mêda continuará, em 2026 e nos anos vindouros, a trilhar este caminho com determinação, espírito de serviço e profundo sentido de responsabilidade social, enfrentando os desafios com resiliência e mantendo firme o propósito de servir o bem comum.

Mêda, 10 de Março 2026

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia de Mêda

ENQUADRAMENTO

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e valência de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social.

A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de abril de 1929. Da primeira comissão nomeada a fim de organizar os estatutos pelos quais passaria a reger-se a Santa Casa da Misericórdia de Meda, fizeram parte o Dr. Artur Augusto Pereira de Faria como presidente; Dr. Luís Maria Tavares de Albuquerque que desempenhou o cargo de vice-presidente; secretário o Pe. Ivon Augusto do Santo Brandão; tesoureiro o Pe. Álvaro Gomes dos Santos e como vogal o Dr. Artur de Jesus Tomé.

Existia a trabalhar em paralelo com a Misericórdia a Casa dos Pobres, à frente da qual se encontrava entre outros o Dr. Augusto César de Carvalho. Os primeiros e únicos estatutos Casa dos Pobres datam de 22 de setembro de 1949, foram aprovados por despacho de 22/09/1949 do Subsecretário de Estado da Assistência Social, e publicados no Diário do Governo 240/2.ª série de 15/10/1949. Aqui funcionava a sopa dos pobres, albergue para velhos e inválidos e um centro materno-infantil.

Em 1961 por despacho de 22 de março de 1961 do Sr. Ministro da Saúde e Assistência e publicação no Diário do Governo n.º 77 2.ª série de 3 de abril de 1961, dá-se a integração da chamada Casa dos Pobres na Misericórdia, pois na opinião do Sr. Ministro, era completamente descabida a existência de duas Instituições a trabalhar isoladamente.

A 6 de Maio de 1961 foi efetuada por parte da direção da Casa dos Pobres à direção da Santa Casa da Misericórdia a entrega de todos os bens e valores.

Como é do domínio público a determinada altura o Estado, reconhecendo necessidade de se debruçar atentamente sobre a medicina-preventiva, cria, por despacho ministerial, os chamados "Centros de Saúde" que em virtude desta determinação, começam a proliferar por toda a parte, chegando também a vez da vila de Meda.

Por isso a 8 de outubro de 1971, à falta de instalações próprias e por cedência da Mesa, então em funções, instala-se na dita Casa dos Pobres, já então saturada, os serviços do Centro de saúde.

Situação que se manteve, trazendo atritos para a Misericórdia e provocando desentendimentos constantes entre a mesma e os serviços de saúde, até 1 de setembro de 1981, data em que entrou em funções o novo e belo edifício do Centro de Saúde, construído com dinheiros Americanos e sob a orientação do Governo Português.

Através da celebração de protocolos com as diversas entidades regionais procura criar sinergias que potenciem a valorização económica dos recursos da região. Visa, em particular, apoiar a atividade das Instituições Particulares de Solidariedade Social, apoiar atividades de promoção da formação integral dos jovens, nomeadamente através do desporto e do aumento dos níveis de literacia financeira, e apoiar atividades culturais e de investigação científica em áreas com interesse na região.

A Santa Casa da Misericórdia de Meda teve como primeiro Provedor o Dr. Luís Tavares Albuquerque, natural da freguesia da Coriscada deste Concelho de Meda. Aqui exerceu durante muito tempo as funções de notário, sabendo enfrentar com dignidade as primeiras dificuldades, mas procurando incutir, um certo espírito religioso e caritativo, que sempre presidiu à fundação destas Instituições e esteve patente nos propósitos da rainha D. Leonor, obreira das primeiras Misericórdias, que apareceram em Portugal.

O seu mandato estendeu-se até 11 de março de 1941, seguindo-se no desempenho das mesmas funções, o Dr. Fernando Augusto Alonso, que se manteve à frente dos destinos da Misericórdia até 3 de junho de 1957, sendo substituído, por António Augusto de Carvalho, que estendeu o seu mandato até 4 de fevereiro de 1962, seguiu-se o Sr. Claudino Soares Rebelo, Provedor até 19 de fevereiro de 1967, dando lugar a Adriano da Assunção que esteve à frente da Misericórdia

até 29 de Setembro de 1974. Nesta altura desponta no horizonte da vida da Misericórdia, o Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto, que com uma visão clara da panorâmica das Misericórdias, soube imprimir um certo dinamismo e calor humano a esta obra que hoje é grandiosa e querida das gentes da Meda, que a acarinham e respeitam como empreendimento mais valioso do Concelho, dedicando-se por inteiro à Instituição até ao dia 21 de março do ano de 1999.

Depois de 21 de março de 1999, quando o mandato do Padre Urbelino dos Santos Martins Pinto terminou na direção da Santa Casa da Misericórdia de Mêda, seguiu-se o mandato de Dr. Anselmo Antunes de Sousa, que assumiu a Provedoria da instituição. Durante o seu período à frente da instituição, Anselmo Sousa liderou um esforço de modernização e ampliação das valências da Misericórdia: por exemplo, em março de 2018 anunciou-se um investimento de mais de um milhão de euros para a reabilitação de um edifício antigo do lar de idosos, parte desse valor sendo suportado por candidatura ao Fundo Rainha Dona Leonor, contabilizando 300 mil euros de apoio externo.

Além dessa obra, sob a sua liderança a instituição expandiu a capacidade de resposta às necessidades da população idosa, implementou valências como o lar com valência de acamados, apoio domiciliário, centro de dia e ATL (atividades de tempos livres), com destaque para a melhoria das condições estruturais, reforço das equipas e valorização do património.

Em janeiro de 2025 termina este mandato para dar início o mandato da Dra. Maria Isabel Rodrigues Breia de Sousa e da sua equipa.

A Santa Casa da Misericórdia de Mêda, ao longo da sua trajetória quase centenária, tem demonstrado resiliência e capacidade de adaptação face aos desafios sociais e económicos.

A sua atuação tem sido fundamental para garantir o bem-estar da população, especialmente idosos e cidadãos em situação de vulnerabilidade. A continuidade desta missão dependerá da capacidade de inovação, da captação de recursos financeiros sustentáveis e da colaboração com entidades públicas e privadas, assegurando um futuro sólido e alinhado com as necessidades da comunidade.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

O ano de 2025 continuou a ser marcado por um contexto geopolítico internacional complexo, caracterizado pela persistência do conflito entre a Rússia e a Ucrânia e pela instabilidade no Médio Oriente. Estes fatores continuaram a contribuir para um ambiente de incerteza nos mercados internacionais, com impactos na confiança económica, nos preços da energia e nas cadeias globais de abastecimento.

Ao longo de 2025, a inflação na Zona Euro continuou a trajetória de desaceleração iniciada em 2024, aproximando-se gradualmente da meta de 2% definida pelo Banco Central Europeu (BCE). Em paralelo, os principais bancos centrais iniciaram um processo cauteloso de ajustamento da política monetária, com reduções graduais das taxas de juro após o período de política monetária restritiva que caracterizou os anos anteriores.

Apesar da melhoria do contexto inflacionista, a economia mundial continuou a apresentar sinais de crescimento moderado, condicionada por níveis elevados de endividamento público e privado, tensões comerciais e incertezas geopolíticas. Ainda assim, a maioria das economias avançadas manteve níveis de atividade superiores aos registados antes da pandemia.

O mercado de trabalho permaneceu globalmente resiliente, com níveis de desemprego historicamente baixos em várias economias avançadas, embora persistam desafios estruturais relacionados com a escassez de mão de obra em diversos setores, nomeadamente na saúde, nos cuidados sociais, na tecnologia e no turismo.

Os efeitos dos conflitos geopolíticos e das políticas monetárias restritivas refletiram-se nas principais variáveis macroeconómicas, com as empresas a ajustarem as suas decisões de investimento e a otimizarem a gestão de custos, nomeadamente no que diz respeito às matérias-primas e à energia. Embora a recuperação continue, prevê-se que ocorra de forma desigual entre as economias. As economias avançadas, incluindo Portugal e a União Europeia, deverão manter uma trajetória de crescimento positivo, mas com menor dinamismo, devido ao aumento dos custos de financiamento e à redução da procura interna.

Economia Mundial

Em 2025, a economia mundial manteve um crescimento moderado, estimado em cerca de 3%, refletindo uma recuperação gradual, mas ainda desigual entre regiões.

Nos Estados Unidos da América, a economia continuou a apresentar uma dinâmica relativamente sólida, sustentada pelo consumo privado e pela resiliência do mercado de trabalho. Ainda assim, o crescimento económico mostrou sinais de moderação face aos anos anteriores, num contexto de política monetária ainda relativamente restritiva.

Na China, o crescimento económico manteve-se moderado, refletindo as dificuldades persistentes no setor imobiliário, a desaceleração do comércio internacional e os desafios estruturais associados à transição do modelo económico.

Na Europa, o crescimento económico manteve-se relativamente contido, influenciado pelos elevados custos energéticos, pela desaceleração da indústria e pela fraca dinâmica da procura interna em alguns países. Apesar disso, verificou-se uma gradual melhoria da confiança económica ao longo do ano.

Em África e em várias economias emergentes, o crescimento económico manteve-se positivo, sustentado pela procura de matérias-primas, pelo investimento em infraestruturas e pela expansão demográfica, embora persistam desafios relacionados com níveis elevados de dívida externa e acesso ao financiamento internacional.

A inflação global continuou a desacelerar em 2025, aproximando-se gradualmente dos níveis observados antes da pandemia, beneficiando da estabilização dos preços da energia e da normalização progressiva das cadeias de abastecimento.

O investimento global continua a crescer a um ritmo cada vez mais lento. Nos países desenvolvidos, os investimentos concentram-se em tecnologia, energia verde e infraestruturas digitais, enquanto nos países em desenvolvimento há dificuldades na atração de investimento direto estrangeiro, agravadas pelo aumento das taxas de juro nos EUA e na Europa. Além disso, as tensões geopolíticas e comerciais têm restringido os fluxos de capital, tornando o ambiente económico mais volátil.

O comércio internacional manteve um crescimento fraco, projetando-se um aumento de apenas 0,8% em 2024. Fatores como tensões geopolíticas, instabilidade nas cadeias de abastecimento

e a desaceleração económica global têm limitado a expansão do comércio mundial. O protecionismo crescente em algumas economias, incluindo os EUA e a UE, também impactou negativamente o comércio global, levando empresas a reavaliar as cadeias de abastecimento e estratégias de produção.

Os países em desenvolvimento continuam a enfrentar elevados níveis de dívida externa e taxas de juro elevadas, o que dificulta o acesso ao financiamento internacional. O aumento das taxas de juro mundiais, impulsionado pelas políticas monetárias dos EUA e Europa, tem encarecido o serviço da dívida, forçando várias economias emergentes a reestruturar os seus compromissos financeiros.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou em 2025 um crescimento moderado, beneficiando da recuperação gradual do consumo privado, da evolução positiva do turismo e do contributo das exportações de serviços.

O crescimento económico continuou a ser sustentado, em parte, pela procura externa, nomeadamente pelo desempenho do setor do turismo, que manteve níveis elevados de procura internacional, reforçando a sua importância para a economia nacional.

A inflação manteve uma trajetória descendente, contribuindo para uma recuperação gradual do poder de compra das famílias. Ainda assim, os custos da habitação, energia e alguns bens essenciais continuaram a exercer pressão sobre o orçamento das famílias.

O mercado de trabalho permaneceu relativamente robusto, com níveis de desemprego historicamente baixos. No entanto, persistiram desafios relacionados com a escassez de mão de obra em diversos setores, incluindo saúde, cuidados sociais e serviços.

Ao nível da política monetária, o início da redução gradual das taxas de juro na Zona Euro contribuiu para aliviar parcialmente os custos de financiamento das famílias e das empresas, criando condições mais favoráveis ao investimento e ao consumo.

Apesar destes sinais positivos, o contexto económico manteve-se marcado por incerteza, particularmente devido à evolução da conjuntura internacional e às tensões geopolíticas que continuam a afetar os mercados globais.

O conflito na Ucrânia continua a impactar a economia global, intensificando as pressões inflacionistas e a instabilidade nos mercados energéticos. Além disso, o conflito no Médio Oriente gerou preocupações adicionais, principalmente em relação ao preço do petróleo e ao fornecimento de gás natural. Estes fatores, aliados às sanções económicas à Rússia e à crescente instabilidade comercial com a China, afetaram negativamente a confiança dos investidores e dos consumidores.

As projeções para 2026 apresentam um balanço de riscos misto. Caso o BCE comece a reduzir as taxas de juro, poderá haver uma recuperação do investimento e do consumo privado. No entanto, um agravamento das tensões geopolíticas ou um abrandamento mais forte na economia europeia poderá prejudicar o crescimento de Portugal.

Ao nível do setor

O ano de 2025 continuou a apresentar desafios significativos para o setor social em Portugal, nomeadamente para as instituições particulares de solidariedade social e para as Misericórdias, num contexto de aumento da procura por respostas sociais e de pressões sobre os custos operacionais.

1. Envelhecimento da população e aumento da procura por respostas sociais

Portugal continua a registar um acentuado envelhecimento demográfico, aumentando a necessidade de serviços de apoio social, particularmente nas áreas de apoio a idosos, cuidados continuados e serviços domiciliários. Esta realidade tem gerado uma pressão crescente sobre as instituições do setor social.

2. Aumento dos custos operacionais

As instituições sociais continuaram a enfrentar um aumento significativo dos custos operacionais, nomeadamente devido a:

- aumento dos encargos com recursos humanos, associado à atualização do salário mínimo nacional e à necessidade de reforço das equipas;
- crescimento dos custos energéticos e de bens essenciais;
- aumento dos custos com alimentação, medicamentos e outros bens necessários ao funcionamento das respostas sociais.

3. Financiamento e sustentabilidade das instituições

Apesar dos apoios públicos existentes, muitas instituições do setor social continuam a enfrentar desafios na sustentabilidade financeira das suas atividades, uma vez que os valores de comparticipação pública nem sempre acompanham o aumento dos custos operacionais.

A dependência de financiamento público, associada à complexidade dos processos de acesso a fundos e programas de apoio, continua a representar um desafio relevante para muitas instituições.

4. Dificuldades na contratação e retenção de recursos humanos

O setor social continua a enfrentar dificuldades na contratação e retenção de profissionais qualificados, nomeadamente auxiliares de ação direta, cuidadores, enfermeiros e técnicos especializados. As exigências da atividade, associadas à concorrência de outros setores e à escassez de profissionais disponíveis, continuam a representar um desafio para as instituições.

5. Perspetivas para o setor

Para os próximos anos, espera-se que o setor social continue a desempenhar um papel fundamental na resposta às necessidades da população, particularmente no contexto do envelhecimento demográfico e das crescentes necessidades de apoio social.

Neste contexto, torna-se essencial reforçar os mecanismos de financiamento, promover a valorização dos profissionais do setor e incentivar a inovação na prestação de serviços sociais, garantindo a sustentabilidade e a qualidade das respostas disponibilizadas à comunidade.

RESPOSTAS SOCIAIS

Centro de Apoio a Idosos

Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva

O Lar Dr. Joaquim Nunes Saraiva de Meda é uma das respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 68 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta resposta social colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade internamento -101 utentes 80 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados:

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Nutrição e Alimentação
- Lavagem e tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico;
- Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;

Centro de Dia

O Centro de Dia, é uma resposta social desenvolvida em equipamento social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, facilitando a sua integração social e a manutenção das suas competências, combatendo a solidão e promovendo a sua autonomia física e neurológica.

- Capacidade: 30 utentes 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

Esta resposta funciona de Segunda-Feira a Domingo entre as 08h30 e as 20h, prestando os seguintes serviços:

- Alimentação;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Cuidados de imagem;
- Tratamento de roupa;
- Higiene habitacional;
- Preparação e administração de medicação;
- Articulação com os serviços locais de saúde;
- Apoio social;
- Transporte.

Apoio Domiciliário

O serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social, que consiste em prestar cuidados individualizados e personalizados no domicílio, de carácter doméstico, psicológico, reabilitador, social, pessoal e educativo a indivíduos e famílias quando, por um motivo de doença, deficiência, ou outro impedimento, não possam assegurar temporariamente, a satisfação das suas necessidades e/ou atividades da vida diária.

- Capacidade: 50 utentes –Acordo de Cooperação só para 36 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação;
- Higiene Pessoal;
- Higiene habitacional;
- Tratamento de roupas;
- Prestação de cuidados de higiene e conforto;
- Arrumação e pequenas limpezas no domicílio;
- Confeção, transporte e/ou distribuição de refeições;

Pode ainda assegurar outros serviços, nomeadamente;

- Serviços de saúde (ex: apoio na medicação, medição de glicemia, pequenos curativos, deslocações a serviços de saúde, etc...);
- Compras (ex: medicamentos, mercearia, etc...);
- Pagamento de contas (ex: eletricidade, telefone, etc...).

De forma a dar uma resposta integrada às necessidades dos beneficiários deste serviço, o serviço de Apoio Domiciliário conta com uma equipa com pessoal técnico e de apoio.

Lar Nossa Senhora de Fátima

O Lar Nossa Senhora de Fátima de Meda é uma das respostas sociais da Santa Casa da Misericórdia de Meda, na qual se presta apoio permanente a 40 utentes/residentes nas suas diversas necessidades: alojamento, alimentação, tratamento de roupas, prestação de cuidados médicos e de enfermagem, apoio social e um leque variadíssimo de atividades socioculturais.

Toda a equipa desta resposta social colabora no sentido de proporcionar aos nossos utentes conforto, qualidade de vida e um tratamento humanizado para que aproveitem, da forma mais agradável possível, os seus anos de vida.

- Capacidade de internamento: 40 utentes, 32 dos quais c/ acordo de cooperação com a Segurança Social.

Serviços Prestados

- Cuidados de saúde, higiene e bem-estar;
- Alimentação Tratamento de roupas;
- Organização de atividades lúdico-recreativas;
- Serviços Religiosos.
- Alojamento;
- Nutrição e alimentação;
- Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- Apoio nas atividades de vida diária;
- Higienização e conforto dos espaços;
- Apoio clínico e Cuidados de enfermagem;
- Acompanhamento aos cuidados de saúde;
- Apoio Social;
- Atividades de animação e socialização;
- Aquisição de bens;

Atividade de Tempos Livres (ATL)

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) é um espaço destinado a crianças dos 6 aos 10 anos, onde esta faixa etária adquire, ou reforça conhecimentos do domínio cognitivo. Através de um conjunto de atividades, planeadas e registadas no Plano de Atividades do (CATL), trabalham-se competências das diferentes áreas do desenvolvimento, criando situações de interação e socialização, dando-se real significado a valores como a solidariedade, amizade, respeito, tolerância e responsabilidade. É também um espaço onde a estimulação da imaginação é a base para todas as atividades.

O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi criado para apoiar os pais das crianças que frequentam a escola, com o objetivo de proporcionar às mesmas um espaço onde podem aprender e desfrutar dos tempos livres. O Centro de Atividades Tempos Livres (CATL) foi evoluindo ao longo dos anos no sentido da aprendizagem e de verdadeiros momentos de diversão. No início de cada ano letivo propõe-se ainda um conjunto de atividades extracurriculares, que se apresentam como uma oportunidade de enriquecimento escolar.

A nossa equipa educativa é formada por educadores sociais e auxiliares da ação educativa, que diariamente levam a cabo um conjunto de iniciativas, que vão de encontro às necessidades reveladas pelas crianças e pelas suas famílias e dividem-se entre atividades de estudo e atividades lúdico-pedagógicas.

- Capacidade: 50 utentes - Acordo de Cooperação só para 49 utentes.

Serviços Prestados

- Alimentação (Lanche);
- Acompanhamento nos trabalhos escolares;
- Organização de atividades lúdico-recreativas.

Além destas respostas sociais, a Misericórdia de Mêda está ainda envolvida com o Bairro Social gerindo 18 habitações como forma de apoiar a população no acesso a habitação social.

Para responder às necessidades e expetativas dos utentes, de forma personalizada, cada uma das respostas sociais conta com uma equipa multidisciplinar, Animadores socioculturais; Assistentes Sociais; Enfermeiros; Ajudantes de Lar e Centro de Dia; Trabalhadores de Serviços Gerais; Cozinheiras; Ajudantes de Cozinha; Operadores de lavandaria; Motorista.

INVESTIMENTO, MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DAS INFRAESTRUTURAS

Durante o exercício de 2025, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda prosseguiu uma estratégia orientada para o reforço da qualidade das suas respostas sociais, para a modernização das infraestruturas e para a melhoria da eficiência operacional da Instituição.

Neste contexto, foram desenvolvidas diversas iniciativas e intervenções estruturais, enquadradas numa lógica de gestão responsável do património institucional e de valorização dos recursos disponíveis, procurando simultaneamente assegurar a sustentabilidade financeira da Instituição e a melhoria contínua dos serviços prestados à comunidade.

Assim, destacam-se as seguintes intervenções e iniciativas:

1. Melhoria das Respostas Sociais – ATL

No âmbito da melhoria das condições de funcionamento das respostas sociais dirigidas à infância, foram realizadas obras de requalificação no espaço do ATL, com o objetivo de proporcionar melhores condições de acolhimento, conforto e segurança às crianças que frequentam este serviço, reforçando simultaneamente a qualidade das atividades educativas e lúdicas desenvolvidas.

2. Reforço da Capacidade Operacional da Cozinha

Com vista à melhoria da eficiência dos serviços de alimentação e ao reforço da capacidade produtiva da cozinha da Instituição, procedeu-se à aquisição de um forno industrial, investimento que contribui para a modernização dos equipamentos existentes e para uma maior eficiência na preparação das refeições destinadas aos utentes das diversas respostas sociais.

3. Reforço do Sistema de Aquecimento de Águas – Fase 2

Durante o ano foi igualmente concretizada uma intervenção de reforço do sistema de aquecimento de águas na Fase 2, permitindo melhorar a capacidade de resposta às necessidades das estruturas residenciais e garantir maior eficiência energética e operacional no fornecimento de água quente sanitária e de aquecimento.

4. Remodelação Integral da Lavandaria

No âmbito do processo de modernização dos serviços internos da Instituição, foi executada a remodelação total da lavandaria, intervenção de natureza estrutural que permitiu melhorar significativamente as condições de funcionamento deste setor essencial ao apoio das respostas sociais.

Esta intervenção foi desenvolvida no quadro de uma candidatura aprovada ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), permitindo dotar o serviço de equipamentos mais modernos e eficientes, contribuindo para ganhos operacionais relevantes e para a melhoria das condições de trabalho.

5. Manutenção e Intervenções Estruturais – Edifício Dr. Joaquim Saraiva

No domínio da gestão e preservação do património institucional, foram realizadas diversas obras de manutenção e intervenções destinadas à resolução de problemas estruturais no edifício Dr. Joaquim Saraiva, assegurando a manutenção das condições de segurança, funcionalidade e durabilidade das instalações.

6. Mobilidade Sustentável – Aquisição de Viaturas Elétricas

Em linha com uma estratégia de modernização e sustentabilidade ambiental, a Instituição apresentou candidatura para a aquisição de duas viaturas elétricas, as quais foram aprovadas no âmbito do PRR.

Este investimento permitirá reforçar a capacidade de mobilidade da Misericórdia no apoio às suas respostas sociais, contribuindo simultaneamente para a redução dos custos operacionais associados à utilização de combustíveis fósseis e para a diminuição da pegada ambiental da Instituição.

7. Intervenções em Coberturas e Infiltrações

Foram igualmente iniciados trabalhos de verificação e intervenção em infiltrações identificadas nas lajes de cobertura do edifício, com o objetivo de resolver problemas estruturais no telhado e prevenir danos futuros nas infraestruturas. Estes trabalhos encontram-se ainda em fase de execução.

8. Modernização dos Sistemas de Comunicação

No domínio da modernização tecnológica e da melhoria das comunicações institucionais, foi iniciado um processo de substituição e melhoria dos serviços de comunicação da Instituição.

Este processo inclui:

- a implementação de uma linha telefónica dedicada, através da instalação de cabo próprio para a Instituição;
- a substituição e atualização de todos os equipamentos móveis, permitindo reforçar a eficiência, a fiabilidade e a qualidade das comunicações internas e externas.

9. Reforço da Segurança Energética – Aquisição de Gerador

Considerando a natureza crítica dos serviços prestados pela Instituição, foi dado início aos procedimentos necessários para a aquisição de geradores destinados a assegurar o fornecimento de energia elétrica a toda a estrutura da Santa Casa da Misericórdia de Mêda.

Este investimento visa garantir maior autonomia e segurança energética, permitindo assegurar a continuidade das atividades e das respostas sociais em situações de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

10. Requalificação do Edifício Estados Unidos da América

Relativamente ao Edifício Estados Unidos da América, foi iniciado um processo de análise e preparação das intervenções necessárias à sua requalificação e valorização.

Neste âmbito, foram desencadeados os procedimentos para a realização de:

- intervenções nas fachadas do edifício;
- obras de caráter estrutural, visando garantir a segurança e durabilidade da construção;
- remodelação interior de apartamentos, com vista à sua recuperação.

Estas intervenções inserem-se numa estratégia de valorização do património da Instituição e de otimização da utilização dos seus ativos imobiliários.

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Tendo em conta que a situação económica descrita, sujeita a pressões inflacionistas e a maiores volatilidades nas taxas de juros, se repercute na atividade operacional junto dos utentes das Misericórdias, o aumento do custo geral da atividade exige que sejam tomadas medidas ajustadas de controlo na aquisição de produtos. Assim, as despesas foram baseadas em critérios definidos pela Mesa Administrativa, os quais foram tomados com vista à continuação do bem-estar dos utentes. De notar que, ao longo do ano foram sendo tomadas decisões e havendo negociações de valores de aquisição com os diversos fornecedores.

O ano de 2025 continuou a ser marcado pela guerra entre Ucrânia e Rússia e pelo conflito no Médio Oriente, que envolve Israel, o que tem tido forte impacto no custo dos produtos e da energia, sendo que o resultado líquido negativo de 73 156,03€ se deve à atividade eminentemente de cariz não lucrativo, com uma vertente social bem vincada. De notar que estes resultados são bastante afetados pelas elevadas depreciações, que não afetam os fluxos de caixa decorrentes da atividade, que são positivos. Donde que, deve ser realçado que o EBITDA continua a ser bastante positivo, tal como nos anos anteriores.

No que diz respeito às receitas principais da Instituição, entre elas as mensalidades dos utentes, rendimentos de rendas de habitações e subsídios do Estado e de outras Instituições, nomeadamente resultantes dos acordos de cooperação com a Segurança Social, em 2025 a Santa Casa da Misericórdia de Mêda conseguiu obter um acréscimo de rendimentos de vendas e serviços prestados de cerca de 173.816 euros, comparativamente com o ano anterior.

Os rendimentos recorrentes obtidos com a atividade foram de cerca de 2 677 139,15 euros, o que representa um aumento de cerca de 102 470,29 euros. Quanto aos custos essenciais de funcionamento, a Santa Casa da Misericórdia de Mêda registou um aumento de cerca de 124 943 euros em relação ao ano anterior. Neste ano de 2025, o salário mínimo nacional aumentou tendo um impacto no aumento do vencimento bruto dos funcionários, refletindo-se, no presente período, no aumento dos gastos com pessoal. Adicionalmente, nos gastos com fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma redução destes custos da atividade.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO INDIVIDUAL

em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS 31/12/2025	DATAS 31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		3 035 589,80	3 072 100,83
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		10 458,04	18 367,76
		3 046 047,84	3 090 468,59
Ativo corrente:			
Inventários		25 445,92	25 267,27
Créditos a receber		104 801,04	99 444,62
Estado e outros entes públicos		5 435,72	5 165,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		1 608,00	37,00
Diferimentos		14 720,28	21 884,25
Outros ativos correntes		183 128,16	20 605,33
Caixa e Depositos à Ordem		1 563 166,47	1 618 697,06
		1 898 305,59	1 791 101,10
Total do ativo		**4 944 353,43**	**4 881 569,69**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais:			
Fundos		140 215,31	140 215,31
Resultados transitados		2 823 883,89	2 020 472,44
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais		1 578 975,29	1 403 748,62
		4 543 074,49	3 564 436,37
Resultado liquido do período		(73 156,03)	855 216,71
Total dos fundos patrimoniais		4 469 918,46	4 419 653,08
Passivo corrente			
Fornecedores		92 445,96	104 743,86
Estado e outros entes públicos		39 284,71	33 622,11
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos		40 860,97	19 811,28
Outros passivos correntes		301 843,33	303 739,36
		474 434,97	461 916,61
Total do passivo		474 434,97	461 916,61
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		**4 944 353,43**	**4 881 569,69**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
Período findo em 31 de Dezembro de 2025

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS 2025	PERÍODOS 2024
Vendas e serviços prestados		2 456 309,61	2 282 494,01
Subsídios, Doações e Legados à exploração		31 894,44	14 968,96
Custo dos Inventários Vendidos e das Matérias Consumidas		(488 265,57)	(483 334,05)
Fornecimentos e serviços externos		(399 485,42)	(408 695,37)
Gastos com o pessoal		(1 697 532,65)	(1 572 383,41)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		(6 785,83)	(9 825,64)
Outros rendimentos		161 390,10	1 181 455,89
Outros gastos		(6 307,52)	(5 444,15)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		51 217,16	999 236,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(151 918,19)	(147 766,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(100 701,03)	851 469,40
Juros e rendimentos similares obtidos		27 545,00	3 750,00
Juros e gastos similares suportados			(2,69)
Resultado antes de impostos		(73 156,03)	855 216,71
Resultados líquido do período		**(73 156,03)**	**855 216,71**

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA

Periodo findo em 31 de Dezembro de 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		2 458 639,92	2 375 557,79
Recebimento de Subsídios		14 560,25	5 063,12
Pagamentos a fornecedores		(892 825,82)	(871 595,53)
Pagamentos ao pessoal		(1 709 702,81)	(1 560 487,59)
Caixa gerada pelas operações		(129 328,46)	(51 462,21)
Outros recebimentos/pagamentos		11 584,57	10 509,86
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(117 743,89)	(40 952,35)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(114 608,94)	(89 702,19)
Investimentos financeiros			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		151 938,08	1 112 588,41
Juros e rendimentos similares		23 607,50	3 750,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		60 936,64	1 026 636,22
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		1 276,66	2 077,56
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		1 276,66	2 077,56
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(55 530,59)	987 761,43
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 618 697,06	630 935,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 563 166,47	1 618 697,06

ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A análise dos rendimentos e gastos operacionais permite avaliar em que medida a Instituição consegue gerar recursos provenientes das atividades operacionais sem levar em consideração os efeitos das depreciações dos bens do ativo.

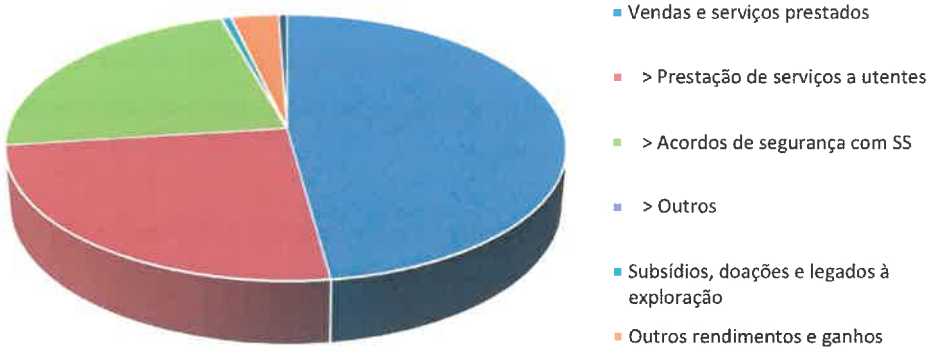
No exercício económico de 2025 os rendimentos globais atingiram o valor de 2 677 139,15 €, sendo que a sua proveniência se decompõe da seguinte forma:

Valores em euros

Rendimentos	2025		2024	
Vendas e serviços prestados	2 456 309,61	91,8%	2 282 494,01	65,5%
> Prestação de serviços a utentes	*1 289 377,78*		*1 282 359,77*	
> Acordos de segurança com SS	*1 164 311,33*		*997 045,74*	
> Outros	*2 620,50*		*3 088,50*	
Subsídios, doações e legados à exploração	31 894,44	1,2%	14 968,96	0,4%
Outros rendimentos e ganhos	161 390,10	6,0%	1 181 455,89	33,9%
Juros e rendimentos similares obtidos	27 545,00	1,0%	3 750,00	0,1%
Rendimentos	**2 677 139,15**		**3 482 668,86**	

Da tabela acima é possível verificar que os rendimentos no ano decresceram cerca de 23%, tendo ultrapassado os 2 milhões e 677 mil euros. As vendas e serviços prestados aos utentes continuam a ser a principal fonte de rendimentos, provenientes da prestação de serviços aos utentes e do apoio da Segurança Social, mas o decréscimo neste ano decorre do facto de no ano anterior ter sido registada uma mais-valia não recorrente resultante da alienação de um imóvel, que ficou refletido em 2024 na rubrica de outros rendimentos e ganhos. Na rubrica de outros rendimentos e ganhos referem-se ainda a rendimentos gerados com as rendas de imóveis não sociais (cerca de 150 mil euros) obtidos durante o ano.

No que se refere ao ano de 2025 a estrutura de rendimentos encontra-se espelhada no gráfico abaixo:

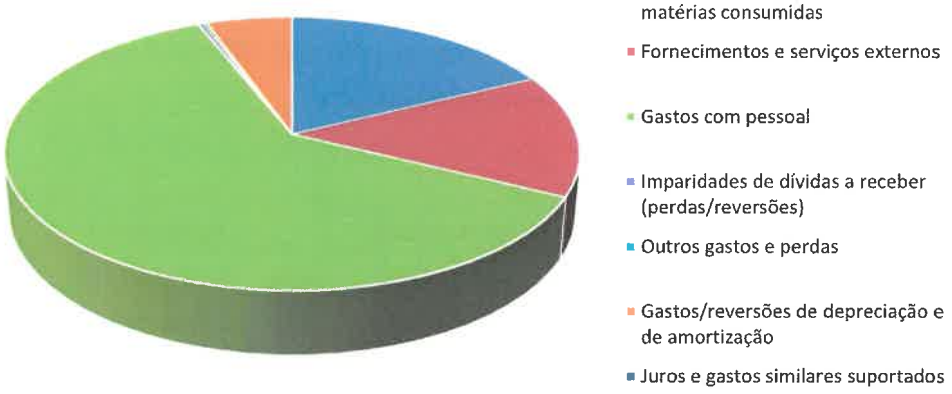


No que concerne à estrutura dos gastos antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, o valor global de 2025 ascendeu a 2 752 395,18€, conforme tabela a seguir apresentada. Este valor é superior ao do ano anterior, o que representa um aumento de 4,8% e reflete principalmente o aumento dos gastos com pessoal e dos custos com produtos, devido à inflação e à atualização dos duodécimos dos funcionários. De notar que a principal rubrica é a que se refere aos gastos com o pessoal, que aumentou cerca de 8% em comparação com o valor do ano anterior.

Valores em euros

Gastos	2025		2024	
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	488 265,57	17,7%	483 334,05	18,4%
Fornecimentos e serviços externos	399 485,42	14,5%	408 695,37	15,6%
Gastos com pessoal	1 697 532,65	61,7%	1 572 383,41	59,8%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	8 885,83	0,3%	9 825,64	0,4%
Outros gastos e perdas	6 307,52	0,2%	5 444,15	0,2%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	151 918,19	5,5%	147 766,84	5,6%
Juros e gastos similares suportados	0,00	0,0%	2,69	0,0%
Gastos	**2 752 395,18**		**2 627 452,15**	

A estrutura de gastos do último ano encontra-se refletida no gráfico abaixo:



A Instituição gere um conjunto de equipamentos de grande valor, conforme evidenciado no Ativo fixo tangível apresentado no Balanço, que origina um elevado valor nos gastos de depreciação evidenciado na demonstração de resultados, motivo pelo qual os resultados não são positivos quando expurgado o efeito não recorrente da alienação do imóvel.

Excluindo este efeito das depreciações, e dos impactos da guerra entre Ucrânia e Rússia e conflitos no médio-oriente, que têm originado gastos extra associados às pressões inflacionistas e a dificuldades na gestão dos utentes dos lares, a gestão operacional da Instituição evidenciada nos resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos revela-se positiva.

A análise do balanço permite perceber o elevado valor dos investimentos realizados pela Misericórdia, o qual tem sido suportado essencialmente pelos fundos próprios. Ao nível de curto prazo, é verificado que o total do ativo é superior ao passivo no último ano. Daqui resulta a existência de indicadores de estrutura financeira adequada.

Valores em euros

	31/12/2025		31/12/2024	
Ativo não corrente	3 046 047,84	62%	3 090 468,59	63%
Ativo corrente	1 898 305,59	38%	1 791 101,10	37%
Total do ativo	**4 944 353,43**		**4 881 569,69**	
Passivo não corrente	0,00		0,00	
Passivo corrente	474 434,97		461 916,61	
Total do passivo	**474 434,97**	10%	**461 916,61**	9%
Total dos fundos patrimoniais	4 469 918,46	90%	4 419 653,08	91%
Total dos fundos patrimoniais e passivo	**4 944 353,43**		**4 881 569,69**	

Ao nível do investimento, durante o ano de 2025 foram realizados alguns investimentos, encontrando-se outros ainda em curso. Neste contexto, verifica-se uma diminuição pouco expressiva do ativo não corrente, após o impacto do aumento das amortizações e depreciações. Não obstante, e mantendo uma política orientada por princípios de rigor e de melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, foram efetuados alguns investimentos em bens, sempre que se revelou necessário para o funcionamento de determinadas respostas sociais, incidindo, na sua maioria, na substituição de equipamentos e bens já antigos ou obsoletos.

Principais riscos e incertezas

A gestão do risco obriga à permanente monitorização das operações para previsão de acidentes e perigos futuros possibilitando a elaboração de medidas e estratégias de minimização dos mesmos dentro dos contextos sociais.

Sem nunca descurar a qualidade dos serviços prestados, permanecerá o esforço de contenção de gastos e gestão criteriosa dos recursos disponíveis para se procurar dar a resposta mais adequada a todos quanto procuram a nossa Instituição.

Para esse efeito, o esforço de modernização e renovação das respostas sociais continuará em permanência, no sentido de facultar os recursos mais adequados aos profissionais e aos utentes.

A adoção de formas de organização e gestão, que, mantendo a tradição e missão originais, criem mais valor, irá permitir reforçar o papel que desempenha em termos económicos e a relevância nas áreas em que atua na prestação de serviços para dar resposta às necessidades e solicitações da comunidade.

Dada a sua dimensão, a Santa Casa gere fluxos significativos de capital, pelo que devem existir boas práticas de gestão financeira. Nesse sentido, também no que respeita ao risco de crédito, é importante antever e prevenir situações de incumprimento, conhecendo e acompanhando adequadamente os seus utentes e clientes, procurando soluções que otimizem as cobranças, permitindo manter a atividade sem correr riscos suplementares e a sustentabilidade.

As operações são monitorizadas pela análise das necessidades do fundo de maneio e tesouraria, visando a diminuição dos custos, melhorando o desempenho e promovendo a preservação de valor.

Em suma, a Misericórdia da Mêda não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações, pelo que entende que as obrigações assumidas, não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela Instituição.

Evolução previsível da atividade e continuidade da atividade

A Misericórdia da Meda tem procurado assegurar o bem-estar permanente de todos os utentes e colaboradores e tem procedido à implementação de um conjunto de ações preventivas acrescidas para proteger a sua saúde e promover a segurança, tendo por base as recomendações da Direção-Geral de Saúde para fazer face à situação de pandemia ou não.

O despontar da guerra entre Ucrânia e Rússia e os conflitos no Médio-Oriente têm trazido, para a Misericórdia da Mêda, desafios acrescidos ao nível do aumento dos preços de matérias-primas, serviços diversos e dos custos com pessoal, que têm obrigado a um esforço de encontrar alternativas que permitam manter a estabilidade económica e financeira, mantendo a qualidade dos serviços prestados aos utentes.

A Misericórdia da Meda permanecerá atenta e cuidadosa perante os riscos que poderão surgir para a sua área de atuação, quer em termos operacionais, de investimento ou financeiros. Existe a convicção de que com prevenção, serenidade e em conjunção de esforços com parceiros se está preparado para enfrentar estes desafios.

O trabalho desenvolvido nas diversas áreas de atuação, financeira e operacional, permite acreditar fielmente na capacidade da Misericórdia da Meda em cumprir o princípio da continuidade. Apesar da guerra na Ucrânia, do conflito entre Israel e Palestina e das novas políticas comerciais americanas decorrentes da eleição de Donald Trump, a Mesa Administrativa mantém a firme convicção de que a sua atividade continuará a ser executada normalmente em função dos interesses dos seus utentes.

A Misericórdia da Meda apresenta uma estrutura de financiamento adequada, que reflete os capitais próprios positivos, fruto da acumulação de resultados e de outras variações de capital. Os resultados negativos nos últimos anos não são preocupantes por não estarem relacionados com problemas estruturais e por estarem relacionados com a política de depreciações. Prevê-se que a atividade perdure no tempo sem qualquer tipo de problemas legais, financeiros e económicos.

Prevê-se que o ano de 2026 seja um ano de continuidade da Instituição em termos de apoio social à comunidade local e aos utentes dos serviços disponibilizados à comunidade pela Misericórdia da Mêda.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

À data da elaboração deste relatório, a Rússia continua a invasão da Ucrânia, com impacto não apenas ao nível das sanções económicas à Rússia mas também no crescimento dos preços da energia e das matérias-primas, com reflexo na inflação e, consequentemente, no ajustamento das taxas de juro. O conflito na Palestina entre Israel e o Hamas poderá continuar a ter impacto da economia da região e do mundo. A recente intervenção militar de Israel e dos EUA no Irão deverá trazer pressões inflacionistas acrescidas, pelo menos no curto prazo. Adicionalmente, as políticas comerciais internacionais dos EUA assentes nas tarifas poderão acarretar desafios acrescidos.

Estes eventos tiveram impacto limitado nas demonstrações financeiras preparadas para o presente ano. No entanto, os efeitos em 2026 poderão ser significativos, sobretudo nos custos da atividade, nomeadamente na energia, nos fatores de produção e nos custos com o pessoal. É expectável que os efeitos se intensifiquem, com um agravamento da inflação e/ou taxa de juro.

De 31 de dezembro de 2025, até à data de emissão deste relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

Dívidas à Administração Fiscal e ao Centro Regional de Segurança Social

A Misericórdia tem a sua situação tributária e de segurança social regularizada.

Proposta de aprovação das Demonstrações Financeiras e aplicação do Resultado

A Mesa Administrativa propõe que as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025, que incluem um total de Ativos de 4 944 353,43 €, Fundos Próprios de 4 469 918,46 € e Passivo de 474 434,97 €, sejam aprovadas.

A Mesa Administrativa propõe, ainda, que o Resultado Líquido negativo de 73 156,03 € seja totalmente aplicado em Resultados transitados.

Agradecimentos

A Mesa Administrativa agradece a colaboração prestada por todos os trabalhadores, fornecedores, instituições Bancárias, e demais entidades que com ela se relacionaram.

Mêda, 10 de março de 2026.

A Mesa Administrativa

Maria Isabel Rodrigues Breia de Sousa

Luís Filipe Branco Lopes

António João do Nascimento

António José Borges Prata

Carlos Bruno Brígida Fial Pereira

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
E
ANEXO

CONTEÚDO

BALANÇO 5
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 6
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES 7
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS 8
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 9
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 10
1. Identificação da Entidade 10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras 12
3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 12
3.1. Bases de Apresentação 12
3.2. Principais Políticas Contabilísticas 14
3.3. Alterações nas políticas contabilísticas: 23
3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas 23
3.5. Acontecimentos subsequentes 23
4. Ativos Fixos Tangíveis 24
4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis: 24
4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos: 25
4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas 25
5. Ativos Intangíveis 26
5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis: 26
5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos: 26
6. Custos de Empréstimos Obtidos 27
6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam. 27
7. Inventários 27
7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada. 27
7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade. 27

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão. 27
8. Rendimentos e Gastos 29
8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços. 29
8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais. 29
8.3. Rédito 29
9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes 30
9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões. 30
9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço. 30
9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável. 30
9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa 30
10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas 30
10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais. 30
10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades. 30
10.3. Principais doadores 30
11. Instrumentos Financeiros 31
11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.. 31
11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor: 31
11.3. Reconciliação da quantia escriturada 32
11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia 32
penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor. 32

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço: 33
11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor. 35
11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: 36
11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano: 36
12. Subsídios, doações e legados à exploração 36
13. Fornecimentos e serviços externos 37
14. Outros rendimentos e Outros gastos 37
14.1. Outros rendimentos e ganhos 37
14.2. Outros gastos e perdas 38
15. Resultados Financeiros 38
16. Benefícios dos empregados 38
16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas. 38
16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões. 38
16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão: 38
17. Acontecimentos após data de Balanço 39
17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço. 39
18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais 39
18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período. 39
18.2. Outras divulgações 40
19. Outras divulgações 40
19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas: 40
19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados. 40

BALANÇO

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Balanço individual em 31 de dezembro de 2025

valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	Período	
		31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangiveis	4	3 035 589,80	3 072 100,83
Ativos intangiveis	5		
Investimentos financeiros	11.5	10 458,04	18 367,76
		3 046 047,84	3 090 468,59
Ativo corrente			
Inventários	7	25 445,92	25 267,27
Creditos a receber	11.5	104 801,04	99 444,62
Estado e outros entes públicos	11.5	5 435,72	5 165,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	11.5	1 608,00	37,00
Diferimentos	11.5	14 720,28	21 884,25
Outros ativos correntes	11.5	183 128,16	20 605,33
Caixa e depósitos bancarios	11.5	1 563 166,47	1 618 697,06
		1 898 305,59	1 791 101,10
Total do Ativo		4 944 353,43	4 881 569,69
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11.3	140 215,31	140 215,31
Resultados transitados	11.3	2 823 883,89	2 020 472,44
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	11.3	1 578 975,29	1 403 748,62
		4 543 074,49	3 564 436,37
Resultado liquido do periodo		(73 156,03)	855 216,71
Total dos Fundos patrimoniais		4 469 918,46	4 419 653,08
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.5	92 445,96	104 743,86
Estado e outros entes publicos	11.5	39 284,71	33 622,11
Diferimentos	11.5	40 860,97	19 811,28
Outros passivos correntes	11.5	301 843,33	303 739,36
		474 434,97	461 916,61
Total do Passivo		474 434,97	461 916,61
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		4 944 353,43	4 881 569,69

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2025

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	PERÍODOS 31/12/2025	PERÍODOS 31/12/2024
Vendas e serviços prestados	+	8	2 456 309,61	2 282 494,01
Subsídios, doações e legados à exploração	+	10 / 12	31 894,44	14 968,96
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	7	(488 265,57)	(483 334,05)
Fornecimentos e serviços externos	-	13	(399 485,42)	(408 695,37)
Gastos com pessoal	-	16	(1 697 532,65)	(1 572 383,41)
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+	11.5	(6 785,83)	(9 825,64)
Outros rendimentos e ganhos	+	8 / 14.1	161 390,10	1 181 455,89
Outros gastos e perdas	-	14.2	(6 307,52)	(5 444,15)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		51 217,16	999 236,24
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	4 / 5	(151 918,19)	(147 766,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(100 701,03)	851 469,40
Juros e rendimentos similares obtidos	+		27 545,00	3 750,00
Juros e gastos similares suportados	-	6 / 15		(2,69)
Resultado antes de impostos	=		(73 156,03)	855 216,71
Resultado liquido do período	=		(73 156,03)	855 216,71

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2025

valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31/12/2025									
			9002	9003	9006	9004	9005	9007	9010	9011	9012	Total
			LAR	LAR N. SRA DE FÁTIMA	FASE 2	CENTRO DIA	ATL	APOIO DOMICILIÁRIO	BAIRRO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS EUA	Total
Vendas e serviços prestados	+	8	1 097 276,88	606 136,89	468 835,82	48 795,03	71 414,69	152 391,30	11 460,00			2 456 309,61
Custo das vendas e dos serviços prestados	-		(158 568,56)	(62 799,43)	(62 799,43)	(47 099,57)	(78 499,29)	(78 499,29)				(488 265,57)
Resultado bruto	+		938 708,32	543 336,46	406 036,39	1 695,46	(7 084,60)	73 892,01	11 460,00			1 968 044,04
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	22 773,69	16 682,70	3 505,57	2 168,76	3 614,50	6 708,85	2 100,00	7 848,00	129 962,36	195 384,54
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 16	(1 065 256,73)	(452 963,01)	(348 247,71)	(35 740,68)	(83 806,96)	(90 957,07)	(1 512,29)	(469,65)	(18 063,09)	##########
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(110 445,49)	(15 300,09)	(17 995,93)	(1 114,05)	(4 204,99)	(7 336,91)	(10 511,83)		(202,25)	(167 111,54)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		(214 220,20)	91 756,06	43 296,32	(32 990,50)	(91 481,94)	(17 693,11)	1 535,88	7 378,35	111 716,12	(100 701,03)
Gastos de financiamento líquidos	-	6/15	4 286,82	1 697,75	1 697,75	1 273,31	2 122,19	2 122,19			14 345,00	27 545,00
Resultados antes de impostos	=		(209 933,39)	93 453,81	44 996,07	(31 717,18)	(89 359,75)	(15 570,93)	1 535,88	7 378,35	126 061,12	(73 156,03)
Resultado líquido do período	=		(209 933,39)	93 453,81	44 996,07	(31 717,18)	(89 359,75)	(15 570,93)	1 535,88	7 378,35	126 061,12	(73 156,03)

Entidade: Santa Casa da Misericórdia de Mêda

Demonstração individual dos resultados por funções

Período findo em 31 de dezembro de 2024

RENDIMENTOS E GASTOS		NOTAS	31/12/2024									
			9001	9002	9003	9004	9005	9007	9010	9011	9012	Total
			GERAL	LAR	LAR N.SRA DE FÁTIMA	CENTRO DIA	ATL	APOIO DOMICILIÁRIO	BAIRRO SOCIAL	RENDAS LISBOA	RENDAS EUA	Total
Vendas e serviços prestados	+	8	5 546,12	1 464 964,60	555 712,13	15 744,77	58 514,02	173 071,37	11 040,00			2 282 494,01
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	0		(234 882,45)	(160 463,81)	(14 503,16)	(4 562,91)	(68 931,72)				(483 334,05)
Resultado bruto	+		5 546,12	1 229 982,15	395 259,32	1 241,61	51 951,11	104 139,65	11 040,00			1 799 159,96
Outros rendimentos	+	10 / 12 / 14.1	1 031 027,97	6 863,17	10 937,08			3 084,25		7 064,00	137 438,38	1 196 424,85
Gastos administrativos	-	11.5 / 13 / 16	(208 767,29)	(1 207 773,25)	(379 418,63)	(19 912,07)	(49 226,16)	(74 588,17)	(3 667,25)	(24 057,81)	(23 493,79)	(1 990 904,42)
Outros gastos	-	4 / 5 / 14.2	(7 034,73)	(120 013,76)	(13 648,29)	(47,56)	(12,13)	(5 643,60)	(6 026,83)		(784,09)	(153 210,88)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		820 772,07	(90 941,69)	13 129,48	(18 718,02)	2 712,82	27 002,13	1 346,92	(18 993,81)	113 160,50	851 469,40
Gastos de financiamento líquidos	-	6/15	3 747,31									3 747,31
Resultados antes de impostos	=		824 519,38	(90 941,69)	13 129,48	(18 718,02)	2 712,82	27 002,13	1 346,92	(18 993,81)	113 160,50	855 216,71
Imposto sobre o rendimento do período	-											
Resultado líquido do período	=		824 519,38	(90 941,69)	13 129,48	(18 718,02)	2 712,82	27 002,13	1 346,92	(18 993,81)	113 160,50	855 216,71

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Entidade: Santa Casa da Misericordia de Mêda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2025

valores em Euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6		140 215,31	2 020 472,44	1 403 748,62	855 216,71	4 419 653,08	4 419 653,08
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		3.5 / 11.3		(51 805,26)	189 218,00		137 412,74	137 412,74
	7		140 215,31	1 968 667,18	1 592 966,62	855 216,71	4 557 065,82	4 557 065,82
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11.3				(73 156,03)	(73 156,03)	(73 156,03)
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						4 483 909,79	4 483 909,79
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados					(13 991,33)		(13 991,33)	(13 991,33)
Distribuições				855 216,71		(855 216,71)		
	10			855 216,71	(13 991,33)	(928 372,74)	(13 991,33)	(13 991,33)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	11=6+7+8+10		140 215,31	2 823 883,89	1 578 975,29	(73 156,03)	4 469 918,46	4 469 918,46

Entidade: Santa Casa da Misericordia de Mêda

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais no período 2024

valores em Euros

DESCRIÇÃO		NOTAS	Fundos patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos fundos patrimoniais
			Fundos	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2024	6		140 215,31	2 072 149,99	1 392 985,99	(51 677,55)	3 553 673,74	3 553 673,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		3.5 / 11.3			24 753,96		24 753,96	24 753,96
	7		140 215,31	2 072 149,99	1 417 739,95	(51 677,55)	3 578 427,70	3 578 427,70
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11.3				855 216,71	855 216,71	855 216,71
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						4 433 644,41	4 433 644,41
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Subsídios, doações e legados					(13 991,33)		(13 991,33)	(13 991,33)
Distribuições				(51 677,55)		51 677,55		
	10			(51 677,55)	(13 991,33)	906 894,26	(13 991,33)	(13 991,33)
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2024	11=6+7+8+10		140 215,31	2 020 472,44	1 403 748,62	855 216,71	4 419 653,08	4 419 653,08

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Entidade: Santa Casa da Misericordia de Mêda

Demonstração individual dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2025

valores em Euros

RUBRICAS			NOTAS	PERÍODOS 31/12/2025	PERÍODOS 31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Recebimentos de clientes e utentes		+		2 458 639,92	2 375 557,79
Recebimentos de subsidios		+		14 560,25	5 063,12
Pagamentos a fornecedores		-		(892 825,82)	(871 595,53)
Pagamentos ao pessoal		-		(1 709 702,81)	(1 560 487,59)
Caixa gerada pelas operações		+/-		(129 328,46)	(51 462,21)
Outros recebimentos/pagamentos		+/-		11 584,57	10 509,86
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(1)	+/-		(117 743,89)	(40 952,35)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangiveis		-		(114 608,94)	(89 702,19)
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangiveis		+		151 938,08	1 112 588,41
Juros e rendimentos similares		+		23 607,50	3 750,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(2)	+/-		60 936,64	1 026 636,22
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Doações		+		1 276,66	2 077,56
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3)			1 276,66	2 077,56
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)			(55 530,59)	987 761,43
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		+/-	11.5	1 618 697,06	630 935,63
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		+/-	11.5	1 563 166,47	1 618 697,06

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 de dezembro de 2025

1. Identificação da Entidade

A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MÊDA, é uma irmandade, Instituição Particular de Solidariedade inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n. 60/82 fls 74 e 74 verso. "A Santa Casa da Misericórdia de Meda, é uma Associação pública de fiéis constituída na ordem jurídica canónica, tem personalidade jurídica civil e está reconhecida como instituição particular de solidariedade social inscrita no livro das Irmandades das Misericórdias sob o n.º 60/82 fls. 74 e 74 verso, e surge com o objetivo de satisfazer as carências sociais e praticar atos de culto católico, a sua fundação data de 20 de agosto de 1926. Tem uma história curta, com altos e baixos, como todas as histórias destas instituições, hoje é uma instituição com uma vida ativa e está muito florescente, estendendo a sua atividade a um lar de 3.ª idade, com capacidade de noventa utentes e resposta social de acamados, um Centro de Dia com Apoio Domiciliário e ainda a Atividade de Tempos Livres e sempre vocacionada e pronta a debruçar-se sobre toda e qualquer carência social. A sua constituição como associação e a aprovação dos primeiros estatutos datam de 29 de abril de 1929".

As atividades da Misericórdia de Mêda centram-se no apoio a pessoas idosas com e sem alojamento bem como a crianças do primeiro ciclo. A Misericórdia tem como fim primordial a solidariedade social e a ação social. Neste âmbito, são prosseguidos os seguintes objetivos:

- **O apoio a idosos Centro de Apoio a Idosos**

Nesta resposta social são prestados serviços de Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

- **Lar -Fase 2**

Esta resposta social tem capacidade internamento 33 utentes idosos, 20 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com cuidados de saúde, higiene e bem-estar; Alimentação; Tratamento de roupas; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

➔ **Centro de Dia**

Esta resposta social tem capacidade para 30 utentes idosas, 11 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados estão relacionados com a Alimentação; Organização de atividades lúdico-recreativas; Serviços Religiosos.

➔ **Apoio Domiciliário**

Esta resposta social tem capacidade para 50 utentes, sendo que estão em Acordo de Cooperação apenas 36 utentes. Os serviços prestados são Alimentação; Higiene Pessoal; Higiene habitacional; Tratamento de roupas.

➔ **Lar Nossa Senhora de Fátima**

Nesta resposta social existe uma capacidade de internamento de 40 utentes, 32 dos quais com acordo de cooperação com a Segurança Social, sem qualquer acordo de cooperação com a Segurança Social. Os serviços prestados são: Cuidados de saúde, higiene e bem-estar; alimentação tratamento de roupas; organização de atividades lúdico-recreativas; serviços Religiosos.

➔ **Atividade de Tempos Livres (ATL)**

Esta resposta social tem capacidade para 50 utentes, sendo que existe Acordo de Cooperação para 49 utentes. Serviços Prestados: Alimentação (Lanche); Acompanhamento nos trabalhos escolares; Organização de atividades lúdico-recreativas.

➔ **Outras atividades**

No âmbito da atividade são desenvolvidas atividades associadas ao CLDS, apoio à população carenciada e apoio de habitação social.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras de 2024 foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2015 de 9 de Março, o qual integra o sistema de normalização contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho. No referido decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por: Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF); Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho; Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 24 de julho; e NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho.

2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não foram derrogadas quaisquer disposições do sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

Não existem quaisquer contas que que não sejam comparáveis com as do ano anterior, nem foram efetuadas alterações às quantias relativas ao período anterior.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Notas 11.5) e "Diferimentos" (Nota 11.5).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste Anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a) a natureza da reclassificação; b) a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e c) razão para a reclassificação.

3.2. Principais Políticas Contabilísticas

3.2.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

No "Ativo fixo tangível" são também reconhecidas as "Propriedades de Investimento", que incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "Propriedades de Investimento" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "Aumentos/reduções de justo valor", as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

b) Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais"

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua

vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplos destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de antincêndio.

Visto não serem passíveis de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciáveis. No entanto, a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciáveis, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

c) Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

d) Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse Goodwill está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o Goodwill é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

e) Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

f) Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado: Alterações no preço do bem locado; Alterações na taxa de câmbio; Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/*beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros*

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.
Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.
À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.
Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

g) Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.
Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;

- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

h) Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

i) Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente

relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. a) das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

j) Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) *"As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2020 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.2. Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidencias objetivas de imparidade, nomeadamente na qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.2.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

A Entidade considera que existem condições suficientes para assumir a continuidade da sua atividade com a continuação o apoio da Segurança Social, através dos acordos de cooperação, e da gestão rigorosa dos aspetos económicos e financeiros. Nota-se que a atividade está estável

com um nível de utilização dos serviços perto dos 100% e com resultados económicos positivo, tal como resulta de um EBITDA positivo.

3.2.4. Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

3.3. Alterações nas políticas contabilísticas:

indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração, voluntária ou de outra natureza, em políticas contabilísticas.

3.4. Alterações nas estimativas contabilísticas

indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

A Entidade utilizou totalmente o regime do acréscimo.

Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

A Entidade não procedeu a quaisquer alterações da apresentação da informação comparativa relativa ao período anterior.

3.5. Acontecimentos subsequentes.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço, ou seja, acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre as condições que ocorram após a data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos,

são divulgados nas demonstrações financeiras, se foram considerados materialmente relevantes.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

a) **Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;**

Todas as classes de "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados, genericamente, ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

b) **Métodos de depreciação usados;**

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, sendo que o valor residual dos bens depreciáveis é nulo.

c) **Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas;**

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	50 anos
Edifícios e outras para a Saúde	20 anos
Equipamento básico	7 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	7 anos

d) **Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações; e**

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os

abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos fixos tangíveis			Propriedades de investimento	Ativos fixos tangíveis						Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
				Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de Transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis		
Em 01.01.2024	Quantias brutas escrituradas		332 538,84	149 988,53	5 527 523,25	1 047 953,11	103 646,17	82 156,09	24 269,93		7 268 075,92
	Depreciações acumuladas				(2 988 103,81)	(939 918,55)	(103 646,17)	(82 156,09)	(21 460,91)		(4 135 285,53)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas		332 538,84	149 988,53	2 539 419,44	108 034,56			2 809,02		3 132 790,39
Movimentos do período 2024	Aquisições	Aquisições				6 273,23	43 595,84			39 977,64	89 846,71
		Alienações	(2 769,43)								(2 769,43)
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(91 209,38)	(50 429,58)	(5 449,48)		(678,40)		(147 766,84)
		Outras			(85 231,59)	83 343,81		1 246,84	640,94		
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas		329 769,41	149 988,53	5 527 523,25	1 054 226,34	147 242,01	82 156,09	24 269,93	39 977,64	7 355 153,26
	Depreciações acumuladas				(3 164 544,78)	(907 004,32)	(109 095,65)	(80 909,25)	(21 498,37)		(4 283 052,37)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas		329 769,41	149 988,53	2 362 978,47	147 222,02	38 146,36	1 246,84	2 771,56	39 977,64	3 072 100,89
Movimentos do período 2025	Aquisições	Aquisições				34 816,11		3 236,45		77 354,60	115 407,16
	Transferências	De ativos tangíveis em curso			77 689,34					(77 689,34)	
	Depreciações	Aumentos de depreciações			(121 671,13)	(23 654,97)	(5 449,48)	(846,38)	(296,23)		(151 918,19)
	Perdas por imparidade	Aumentos de perdas por imparidade									
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas		329 769,41	149 988,53	5 605 212,59	1 089 042,45	147 242,01	85 392,54	24 269,93	39 642,90	7 470 560,36
	Depreciações acumuladas				(3 286 215,91)	(930 659,29)	(114 545,13)	(81 755,63)	(21 794,60)		(4 434 970,56)
	Perdas por imparidade acumuladas										
	Quantias líquidas escrituradas		329 769,41	149 988,53	2 318 996,68	158 383,16	32 696,88	3 636,91	2 475,33	39 642,90	3 035 589,80

e) Quantia e natureza dos bens do património histórico, artístico e cultural.

A entidade não possui qualquer bem do património histórico, artístico e cultural.

4.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e

b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos fixos tangíveis

A entidade não possui qualquer bem com restrições de titularidade dados em garantia nem sujeitos a qualquer tipo de compromisso.

4.3. Se os itens do ativo fixo tangível forem expressos por quantias revalorizadas

deve ser divulgado o seguinte:

a) A data de eficácia da revalorização;

b) Os métodos e pressupostos aplicados nessa revalorização;

c) Movimentos ocorridos no excedente de revalorização durante o período, com uma explicação do tratamento fiscal dos elementos nele contidos; e

d) A quantia escriturada no balanço que teria sido reconhecida se os ativos fixos tangíveis não tivessem sido revalorizados.

A entidade não possui qualquer bem do ativo fixo sujeito a revalorizações

5. Ativos Intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida;

b) Explicação das situações excecionais em que se justifique a não utilização do prazo máximo de 10 anos para a amortização dos ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas; e

c) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas e movimentos do período em ativos intangíveis com vida útil finita		Ativos intangíveis		Totais
		Programas de computador		
		Outros		
Em 31.12.2024	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias liquidas escrituradas			
Em 31.12.2025	Quantias brutas escrituradas	4 538,05	4 538,05	4 538,05
	Amortizações acumuladas	(4 538,05)	(4 538,05)	(4 538,05)
	Perdas por imparidade acumuladas			
	Quantias liquidas escrituradas			

5.2. Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos; e

b) Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis.

Inexistência de qualquer situação a relatar.

6. Custos de Empréstimos Obtidos

6.1. Indicação da quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período, discriminada por naturezas de ativos que se qualificam.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos. Note-se que a Entidade não tem qualquer financiamento bancário.

7. Inventários

7.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada.

7.2. Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade.

7.3. Quantia de qualquer ajustamento de inventários reconhecida como um gasto do período, bem como de qualquer reversão de ajustamento que tenha sido reconhecida como uma redução na quantia de inventários reconhecida como gasto do período, e circunstâncias ou acontecimentos que conduziram a tal reversão.

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "*Inventários*" apresentava valores na tabela abaixo, sendo de referir que os valores da rubrica "*Matérias-primas, subsidiárias e de consumo*" são compostos da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Inventários armazenados na entidade	Período 2025	Período 2024
+ Géneros alimentares	9 603,99	13 631,94
+ Absorventes Geriátricos		
+ Produtos de Higiene Corporal	15 841,93	11 635,33
+ Produtos de Higiene Geral		
+ Produtos de Enfermagem		
Total	25 445,92	25 267,27

(valores expressos em euros)

Quantias escrituradas de inventários		Mercadorias e matérias de consumo			Inventários de produção				Totais
		Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Subtotais	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos desperdícios resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Subtotais	
31.12.2025	Inventários armazenados na entidade		25 445,92	25 445,92					25 445,92
	Perdas por imparidade								
			25 445,92	25 445,92					25 445,92
31.12.2024	Inventários armazenados na entidade		25 267,27	25 267,27					25 267,27
	Perdas por imparidade								
			25 267,27	25 267,27					25 267,27

O quadro abaixo, demonstra o desdobramento do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

(valores expressos em euros)

Quantias reconhecidas como gastos durante o período com relação às mercadorias e às matérias de consumo			Período 2025			Período 2024		
			Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Demonstração do custo das	Inventários no começo do período	+		25 267,27	25 267,27		34 267,02	34 267,02
	Compras: Compras	+		488 444,22	488 444,22		474 334,30	474 334,30
	Inventários no fim do período	-		25 445,92	25 445,92		25 267,27	25 267,27
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		=		488 265,57	488 265,57		483 334,05	483 334,05
Totais		=		488 265,57	488 265,57		483 334,05	483 334,05

(valores expressos em euros)

2025	EI	compras	Reclasiificação	Ef	CMVMC
Generos Alimentares	13 631,94	327 346,91		9 603,99	331 374,86
Fraldas		49 122,08	15 249,17		64 371,25
Produtos Higine Corporal	11 635,33	61 559,56		15 841,93	57 352,96
Produtos Higiene Geral		39 332,57	(15 249,17)		24 083,40
Produtos Enfermagem		11 083,10			11 083,10
Total	25 267,27	488 444,22		25 445,92	488 265,57

8. Rendimentos e Gastos

8.1. Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O reconhecimento do rédito (e respetivos gastos) de uma transação são efetuados em função da fase de acabamento, ou seja, através do método da percentagem de acabamento, conforme disposto no parágrafo 20 da NCRF 20. Os procedimentos de reconhecimento do rédito das prestações de serviços pelo método da percentagem de acabamento apenas devem ser aplicados quando entre a data em que a atividade do trabalho é iniciada e a data em que a atividade é concluída ocorram em períodos contabilísticos diferentes, ou seja, quando sejam trabalhos plurianuais.

8.2. Quantia e natureza de elementos isolados de rendimentos ou dos gastos cuja dimensão ou incidência sejam excecionais.

Inexistência de rendimentos excecionais

8.3. Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

(valores expressos em euros)

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 2025			Período 2024		
	Reditos reconhecidos no periodo	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no periodo	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no periodo anterior	Reditos reconhecidos no periodo	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no periodo	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no periodo anterior
Venda de bens						
Prestação de serviços	2 456 309,61	93,54%	7,62%	2 282 494,01	93,73%	7,67%
Juros	27 545,00	1,05%	634,53%	3 750,00	0,15%	
Rendas	141 990,36	5,41%	(4,67%)	148 952,38	6,12%	18,81%
Royalties						
Dividendos						
Totais	2 625 844,97	100,00%	7,83%	2 435 196,39	100,00%	8,46%

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

9.1. Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

9.2. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

9.3. Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de ativos contingentes à data do balanço, cujo influxo de benefícios económicos é provável.

9.4. Indicação do valor dos Fundos Permanentes por modalidade associativa

das Mutualidades e do património líquido que lhes está afeto, bem como do respetivo grau de cobertura face às Provisões matemáticas necessárias.

Não foram consideradas quaisquer provisões, passivos contingentes ou ativos contingentes.

10. Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas

10.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais.

10.2. Benefícios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades.

10.3. Principais doadores

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "*Subsídios do Governo*" e "*Apoios do Governo*":

(valores expressos em euros) 2 025

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente			17 327,77	7 426,19	24 753,96
		Veículo Elétrico 9 lugares	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente				40 000,00	40 000,00
		Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente				25 000,00	25 000,00
		Requalificação da lavandaria	PRR	Segurança Social	Obras e quipamentos	Permanente				124 218,00	124 218,00
									17 327,77	196 644,19	213 971,96
	Subsídios relacionados com rendimentos	IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-25	31-dez-25	15 297,09		15 297,09
		Município da Meda	Projeto	Município Meda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-25	31-dez-25	5 000,00		5 000,00
		PAC-PO APMC/2018	Projeto	Município Meda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-25	31-dez-25	10 320,69		10 320,69
									30 617,78		30 617,78
Reembolsáveis											
Totais									47 945 55	196 644.19	244 589 74

(valores expressos em euros) 2024

Relação dos subsídios obtidos			Medida de incentivo				Período de concessão		Quantias concedidas		
			Medida	Entidade concedente	Objeto do incentivo	Forma de concessão	Começo	Fim	Já recebidas	Por receber	Total
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Veículo Elétrico	PRR	Segurança Social	Aquisição de veículo	Permanente			17 327,77	7 426,19	24 753,96
									17 327,77	7 426,19	24 753,96
	Subsídios relacionados com rendimentos	CLDS	Projeto	CLDS	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24			
		IEFP	Projeto	IEFP	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24	4 140,70	7 699,94	11 840,64
		Município da Meda	Projeto	Município Meda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24	5 000,00		5 000,00
		PAC-PO APMC/2018	Projeto	Município Meda	Apoio a atividade	Projeto	1-jan-24	31-dez-24	3 750,50		3 750,50
									12 891,20	7 699,94	20 591,14
Reembolsáveis											
Totais									30 218,97	15 126,13	45 345,10

(valores expressos em euros)

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			Período 2025					Período 2024				
			Demonstração dos resultados		Balanço			Demonstração dos resultados		Balanço		
			Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas no passivo: Como rendimentos a reconhecer	Reconhecidas no passivo: Como passivos a reembolsar	Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas nos fundos patrimoniais	Reconhecidas no passivo: Como rendimentos a reconhecer	Reconhecidas no passivo: Como passivos a reembolsar
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Fundo Ranha D Leonor		10 897,08	212 823,36				10 897,08	223 720,44		
		Veículo Elétrico		3 094,25		24 753,96			3 094,25		24 753,96	
				13 991,33	212 823,36	24 753,96			13 991,33	223 720,44	24 753,96	
	Subsídios relacionados com rendimentos	IEFP		15 297,09					4 140,70			
		Município da Meda		5 000,00					5 000,00			
		PAC-PO APMC/2018		10 320,69					3 750,50			
				30 617,78					12 891,20			
Reembolsáveis												
Totais				44 609,11	212 823,36	24 753,96			26 882,53	223 720,44	24 753,96	

11. Instrumentos Financeiros

11.1. Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

As bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, são apresentadas no ponto 3.2.1. f) deste Anexo.

11.2. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor:

a) **Cotação de mercado (instrumentos com fácil identificação de mercado líquido e regulamentado);**

b) **Principais pressupostos subjacentes aos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites, utilizados para a mensuração dos instrumentos financeiros relativamente aos quais não é facilmente identificável um mercado líquido e regulamentado;**

c) **Justo valor, alterações no justo valor inscritas diretamente na demonstração de resultados e alterações de justo valor inscritas nos fundos patrimoniais, para cada categoria de instrumentos financeiros; e**

d) **Volume e natureza de cada categoria de instrumentos financeiros derivados, principais modalidades, e condições que possam afetar o montante, o calendário e o grau de certeza dos fluxos de caixa futuros.**

A entidade não possui instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

11.3. Reconciliação da quantia escriturada

no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções das diferentes naturezas de itens de cada rubrica dos fundos patrimoniais.

Nos "*Fundos Patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

(valores expressos em euros)

Fundos Patrimoniais	Saldo em 1-jan-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2024	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-dez-2025
Fundos	140 215,31			140 215,31			140 215,31
Excedentes Teóricos							
Reservas							
Resultados transitados	2 072 149,99		51 677,55	2 020 472,44	855 216,71	51 805,26	2 823 883,89
Excedentes de Revalorização							
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 392 985,99	24 753,96	13 991,33	1 403 748,62	189 218,00	13 991,33	1 578 975,29
Resultado Líquido do Período	(51 677,55)	906 894,26		855 216,71		928 372,74	(73 156,03)
	3 553 673,74	931 648,22	65 668,88	4 419 653,08	1 044 434,71	994 169,33	4 469 918,46

Os movimentos nas contas de capitais referem-se à aplicação do Resultado Líquido do Período anterior, à imputação de subsídios a resultados do ano e à atualização de salários dos funcionários em função das novas tabelas salariais com efeitos retroativos (diminuição de resultados transitados).

11.4. Quantia escriturada de ativos financeiros dados em garantia

penhor ou promessa de penhor e termos e condições relativos à garantia, penhor ou promessa de penhor.

A entidade não deu em garantia, penhor ou promessa de penhor qualquer ativo financeiro.

11.5. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço:

a) **Quantia das dívidas com duração residual superior a cinco anos; e**

b) **Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, e indicação da natureza e da forma dessas garantias.**

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "*Investimentos Financeiros*":

(valores expressos em euros)

Investimentos Financeiros	Período 2025	Período 2024
Fundo de Compensação do trabalho	10 458,04	18 367,76
...		
	10 458,04	18 367,76

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "*Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo*":

(valores expressos em euros)

Reconciliação entre as quantias brutas e as quantias líquidas por classe de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo menos qualquer perda por imparidade		2025			2024		
		Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas	Quantias brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantias líquidas
Ativos financeiros	Créditos a receber	292 932,20	(188 131,16)	104 801,04	284 684,45	(185 239,83)	99 444,62
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	1 608,00		1 608,00	37,00		37,00
	Estado e outros entes públicos	5 435,72		5 435,72	5 165,57		5 165,57
	Outros ativos correntes	183 128,16		183 128,16	20 271,29		20 271,29
		483 104,08	(188 131,16)	294 972,92	310 158,31	(185 239,83)	124 918,48
Passivos financeiros	Fornecedores	92 445,96		92 445,96	104 743,86		104 743,86
	Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros						
	Estado e outros entes públicos	39 284,71		39 284,71	33 622,11		33 622,11
	Outros passivos correntes	301 843,33		301 843,33	303 739,36		303 739,36
		433 574,00		433 574,00	442 105,33		442 105,33

No que se refere ao "*Estado e outros entes públicos*" é apresentada a seguinte descriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Estado e Outros Entes Públicos	Período 2025			Período 2024		
	Débito	Crédito		Débito	Crédito	
IRS - Retenções na fonte		4 709,49	(4 709,49)		4 834,99	(4 834,99)
IVA	5 435,72		5 435,72	5 165,57		5 165,57
Segurança Social		34 575,22	(34 575,22)		28 787,12	(28 787,12)
Outras Dívas AT						
	5 435,72	39 284,71	(33 848,99)	5 165,57	33 622,11	(28 456,54)

No que se refere aos "*Outros ativos correntes*" é apresentada a seguinte descriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros ativos correntes	Período 2025	Período 2024
Outros devedores	173 044,32	20 271,29
Saldos devedores de fornecedores	866,60	334,04
Acréscimo de Rendimentos	9217,24	
	183 128,16	20 605,33

No que se refere aos "*Outros passivos correntes*" é apresentada a seguinte descriminação dos valores da tabela abaixo:

(valores expressos em euros)

Outros passivos correntes	Período 2025	Período 2024
Remunerações a pagar	262,38	352,51
Fornecedores de investimento	1 146,61	348,39
Credores por acréscimos de gastos	223 730,90	240 703,22
Outros devedores e credores	76 329,12	61 788,92
Adiantamentos de clientes	374,32	528,32
Clientes saldos credores		18,00
	301 843,33	303 739,36

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Diferimentos	Período 2025	Período 2024
Ativo		
Seguros Automovel	1 064,74	1 341,05
Seguros Multiriscos Riscos	4 863,31	4 600,70
Seguros Acidenes pessoais	668,71	984,50
Contrato Assistência F3M	1 100,75	1 855,74
Seguro Acidentes de Trabalho	6 804,64	12 779,06
Outros	218,13	323,20
	14 720,28	21 884,25
Passivo		
IEFP	28 657,97	7 333,28
Rendas	12 203,00	12 478,00
	40 860,97	19 811,28

A Entidade não detinha, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, investimentos em *outros ativos financeiros*.

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldos:

(valores expressos em euros)

Caixa e Depósitos Bancários	Período 2025	Período 2024
Caixa	1 500,00	1 500,00
Depósitos à Ordem	261 666,47	517 197,06
Depósitos a prazo	1 300 000,00	1 100 000,00
	1 563 166,47	1 618 697,06

11.6. Ajustamentos de valor reconhecidos no período para cada natureza de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor.

Os ajustamentos, nomeadamente os relativos a imparidades, são apresentados no ponto 11.5 deste Anexo.

11.7. Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) **Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;**

b) **Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;**

c) **Outros créditos;**

d) **Fundos subscritos e não realizados;**

e) **Diferimentos.**

A Entidade não reconheceu, nos períodos em análise, dívidas a receber cuja duração seja superior a um ano.

11.8. Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:

a) **Empréstimos por obrigações;**

b) **Dívidas a instituições de crédito;**

c) **Adiantamentos recebidos sobre encomendas;**

d) **Dívidas por compras e prestações de serviço;**

e) **Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;**

f) **Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;**

g) **Outras dívidas;**

h) **Diferimentos.**

A Entidade não apresenta dívidas com maturidade superior a um ano e apresentadas no passivo não corrente.

12. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

(valores expressos em euros)

Subsídios e Doações	Período 2025	Período 2024
Doações	1 276,66	2 077,56
Donativos particulares e empresas	1 276,66	2 077,56
Subsídios ao Investimento	13 991,33	13 991,33
Imputação a rendimento	13 991,33	13 991,33
Subsídios à exploração	30 617,78	12 891,40
IEFP	15 297,09	4 140,70
PAC-PO APMC/2018	10 320,69	3 750,70
Município da Mêda	5 000,00	5 000,00
IAPMEI	10 320,69	3 750,70
	44 609,11	26 882,73

Os "*Subsídios e Apoios do Governo*" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

13. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

(valores expressos em euros)

	Periodo 2025	Periodo 2024		Periodo 2025	Periodo 2024
Trabalhos especializados	45 295,31	67 691,25	Combustiveis	105 830,29	101 117,68
Publicidade e propaganda	3 136,50	0,00	Agua	16 948,62	17 244,08
Honorários	44 962,01	36 649,32	Deslocaçoes e estadas	1 388,61	1 197,98
Conservaçao e reparaçao	36 543,73	65 372,57	Rendas e alugueres	4 455,49	1 391,79
Serviços bancários	2 077,57	1 750,59	Comunicaçao	13 224,32	6 575,55
Ferramentas e utens desgaste rapido	23 519,34	14 888,83	Seguros	12 864,09	11 685,56
Material de escritorio	2 410,04	550,38	Contencioso e notariado	700,00	9 215,25
Artigos para oferta	6 227,57	5 206,95	Limpeza, higiene e conforto	4 587,90	4 608,53
Restantes Materiais	47,20	53,58	Outros serviços	15 644,33	7 525,83
Electricidade	59 622,50	55 969,65	Total	399 485,42	408 695,37

14. Outros rendimentos e Outros gastos

14.1. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "*Outros rendimentos e ganhos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Rendimentos e Ganhos	Periodo 2025	Periodo 2024
Rendimentos suplementares	4 580,17	57 721,75
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	141 990,36	1 106 281,55
Outros	14 725,97	17 452,59
	161 390,10	1 181 455,89

14.2. Outros gastos e perdas

A rubrica de "*Outros gastos e perdas*" encontra-se dividida da seguinte forma:

(valores expressos em euros)

Outros Gastos e Perdas	Período 2025	Período 2024
Impostos	3 798,44	1 920,93
Outros	2 509,08	3 523,22
	6 307,52	5 444,15

15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

(valores expressos em euros)

Resultados Financeiros	Período 2025	Período 2024
Juros e rendimentos similares obtidos	27 545,00	3 750,00
Juros obtidos	27 545,00	3 750,00
Juros e gastos similares suportados		2,69
Juros suportados		2,69
	27 545,00	3 747,31

16. Benefícios dos empregados

16.1. Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras e número de membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão e alterações no mesmo período ocorridas.

16.2. Compromissos existentes em matéria de pensões.

16.3. Membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão:

a) Quantias dos adiantamentos e dos créditos concedidos, taxas de juro, principais condições e quantias reembolsadas, amortizadas ou objeto de renúncia;

b) Compromissos assumidos em seu nome a título de garantias de qualquer natureza, e quantia global para cada categoria; e

c) Remunerações dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade é o apresentado no quadro seguinte:

Colaboradores durante o período	Período 2025		Período 2024	
	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período	Número de colaboradores no final do período	Média de colaboradores durante o período
Membros dos órgãos diretivos	5	5	5	5
Empregados	113	105	106	101
Cooperantes				
Voluntários				

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

(valores expressos em euros)

Gastos com os funcionários	Período 2025	Período 2024
Remunerações ao Pessoal	1 387 861,72	1 292 795,14
Encargos sobre remunerações	292 885,17	263 735,12
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	14 979,76	15 793,15
Outros gastos com o pessoal	1 806,00	60,00
Totais	1 697 532,65	1 572 383,41

17. Acontecimentos após data de Balanço

17.1. Natureza e efeitos financeiros dos eventos materiais surgidos após a data do balanço, não refletidos na demonstração de resultados nem no balanço.

De 31 de dezembro de 2025 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da instituição.

18. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

18.1. Quantia agregada do dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido como um gasto durante o período.

A Entidade não efetuou qualquer dispêndio de pesquisa e desenvolvimento reconhecido em gastos.

18.2. Outras divulgações

Nos termos da legislação, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não apresentava dívidas ao Estado em mora.

Dando cumprimento à legislação, informa-se que, em 31 de dezembro de 2025, a Entidade não tinha dívidas em mora à Segurança Social.

À data de elaboração do presente Anexo a Entidade tinha a situação tributária regularizada perante a Administração Tributária e Aduaneira e perante a Segurança Social.

19. Outras divulgações

19.1. Operações contratadas pela entidade com partes relacionadas:

a) **Quantias dessas operações e natureza da relação com a parte relacionada; e**

b) **Outras informações sobre as operações necessárias para apreciar a posição financeira da entidade (divulgação limitada às operações contratadas com fundadores/patrocinadores/ doadores/associados/membros e com membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão da entidade).**

19.2. Outras divulgações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Não existem entidades relacionadas nem outras divulgações relevantes a efetuar que permitam melhorar a compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade.

A atividade desenvolvida no exercício de 2025 refletiu os efeitos da guerra entre Ucrânia e Rússia e o conflito no médio oriente, nomeadamente com o aumento dos preços da energia e dos produtos em geral. O seu impacto na atividade operacional refletiu-se no aumento dos custos da atividade.

De notar que, tendo em conta a atividade desenvolvida em prol dos utentes, é expectável que o nível de atividade permaneça em virtude da necessidade dos utentes, ou até aumente.

A Misericórdia tem procurado acompanhar, antecipar e mitigar os impactos da guerra Rússia-Ucrânia, e do conflito em Israel e Gaza, tanto na vertente sanitária como económico-financeira, nas diversas respostas sociais desenvolvidas.

Simultaneamente, a Misericórdia aderiu a diversos apoios do IEFP na contratação de funcionários e a outros apoios como forma de melhorar a sua situação financeira e económica. A Misericórdia evidencia, atualmente, uma sólida geração de *cash-flow* e uma posição financeira reforçada, sendo convicção da Mesa Administrativa, que face à sua situação financeira e de liquidez, ultrapassará os impactos negativos destas crises, sem que esteja em causa o princípio

da continuidade, aplicado na preparação das presentes demonstrações financeiras. Também os fundos patrimoniais evidenciam uma situação patrimonial bastante positiva.

A Misericórdia apresenta um plano de continuidade assente na sua atividade operacional junto dos utentes e que está protocolada como a Segurança Social, bem como nos planos de investimento e de candidaturas a apoios financeiros ao investimento.

Os planos que têm vindo a ser programados procuram assegurar a capacidade de cumprimento de todos os deveres legais e regulatórios, nomeadamente de reporte de informação e de salvaguarda dos direitos dos utentes.

Mêda, 10 de março de 2026

O Contabilista Certificado

A Mesa Administrativa

Maria Isabel Rodrigues Breia de Sousa

Luís Filipe Branco Lopes

Carlos Bruno Brígida Fial Pereira

António João do Nascimento

António José Borges Prata

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento das disposições estatutárias, vimos, no exercício das nossas competências, apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora que efetuámos e dar o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pela Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Mêda (doravante designada Instituição), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Acompanhámos o desenvolvimento da atividade da Instituição, procedendo à verificação dos registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo sempre obtido da Mesa Administrativa, os esclarecimentos, as informações e os documentos solicitados.

Verificámos que as demonstrações financeiras, incluídas no conjunto dos documentos de prestação de contas, foram corretamente elaboradas e contabilizadas, tendo como base o Sistema de Normalização Contabilística para as entidades do sector não lucrativo.

Analisámos, também, o relatório da Mesa Administrativa, que relata os aspetos mais significativos das atividades e ações que foram desenvolvidas pela Instituição.

Face ao exposto, concluímos que o Relatório de Gestão, a Demonstração de Resultados, o Balanço e restantes mapas financeiros exprimem de forma correta e verdadeira a situação patrimonial da Instituição, pelo que damos o nosso parecer favorável aos respetivos documentos.

Mêda, 10 de março de 2026

O CONSELHO FISCAL,

Carlos Manuel Ferreira Sampaio

Presidente

Cristina Sofia Ferreira Coelho Sequeira

Vogal

Álvaro Jorge Ribeiro Ferráz

Vogal